

LT 500 kV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 – VIANA 2 C2, CS E SEs ASSOCIADAS

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PRÉVIA ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Novembro/2023



LINHA DE TRANSMISSÃO 500 kV POÇÕES III – MEDEIROS NETO II – JOÃO NEIVA 2 – VIANA 2 C2, CS E SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS

PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PRÉVIA ÀS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

NOVEMBRO/2023

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	1-5
2	OBJETIVOS E INDICADORES	2-6
2.1	OBJETIVOS GERAIS	2-6
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	2-6
3	PÚBLICO-ALVO	3-8
4	CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS	4-8
5	METODOLOGIA E ATIVIDADES	5-10
5.1	ELEGIBILIDADE DOS LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	5-10
5.2	DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	5-12
5.3	DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA	5-13
6	APOIO LOGÍSTICO	6-14
6.1	TRANSPORTE	6-14
6.2	INFRAESTRUTURA DO LOCAL DO EVENTO E EQUIPAMENTOS	6-14
6.3	SUPORTE OPERACIONAL	6-14
6.4	REGISTROS DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA	6-15
7	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	7-15
7.1	CARRO DE SOM	7-16
7.2	SPOT DE RÁDIO	7-16
7.3	FAIXAS DE RUA	7-17
7.4	CARTAZES	7-18
7.5	CARTILHAS	7-19
8	RESPONSÁVEIS	8-19
9	PRAZOS E CRONOGRAMA	9-21

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2-1: OBJETIVOS, INDICADORES E PÚBLICO-ALVO	2-7
QUADRO 4-1: QUANTITATIVOS POPULACIONAIS DOS MUNICÍPIOS.....	4-9
QUADRO 4-2: LOCAIS ELEGÍVEIS À INSTALAÇÃO DE CANTEIROS DE OBRAS PARA À IMPLANTAÇÃO.....	4-10

1 APRESENTAÇÃO

É imperativo que os habitantes das regiões envolvidas em quaisquer processos de licenciamento ambiental estejam cientes de novos empreendimentos e sobre os impactos positivos e negativos.

O Direito Ambiental Brasileiro prevê o Princípio da Informação, que contribui para o processo de educação de cada indivíduo e da comunidade, possibilitando a estas a participação na formação de decisão sobre um assunto. Portanto, na execução deste Plano, faz-se imperioso considerar a Lei nº 6.938/1981 que introduz a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e que institui em seu Art. 9º o SINIMA – Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (regulamentado pelo Decreto nº 99.274/1990). Deve-se ainda considerar a Lei nº 10.650/2003, a qual dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

Cabe ressaltar também que o direito à informação está garantido no artigo 5º, inciso XIV, da Constituição Federal, quando preceitua que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. No inciso XXXIII do mesmo artigo estabelece-se que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Assim, o Princípio da Participação, que deriva do princípio democrático que implica uma democracia participativa, ou seja, deve ser oferecido ao cidadão efetivas possibilidades de se envolver nos processos de decisão, especificamente os relacionados à conservação do meio ambiente, sendo este um interesse difuso e coletivo de toda sociedade.

No âmbito de processos de licenciamento ambiental ordinário, de acordo com Art. 5, da Portaria MMA nº 421, de 26 de outubro de 2011, sujeitos a apresentação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental-RIMA, as audiências públicas, são definidas:

“CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os fins previstos nesta Portaria entende-se por:

I - Audiência Pública: reunião promovida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, às expensas do empreendedor, que tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes críticas e sugestões a respeito;

Essas reuniões assumem o papel de fortalecer a comunicação entre empreendedor, os cidadãos e os municípios, além de agregar informações ao processo de licenciamento.

Para compor o processo de licenciamento da Linha de Transmissão 500 KV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 – Viana 2 C2, CS E SEs Associadas, serão realizadas Audiências Públicas que tratarão sobre questões acerca do processo de licenciamento no intuito de dar transparência à condução desse processo.

Além disso, estas áreas correspondem a regiões de povoamento e densidade demográfica intensa, pormenorizando a necessidade do estímulo à participação popular no processo de desenvolvimento

econômico regional. Segundo LOUREIRO (2004), participar é um processo interativo entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações ocorrem relações que incidem e se manifestam em níveis distintos, em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos.

A seguir, serão apresentados os objetivos das atividades e os principais meios selecionados para divulgar à população dos municípios a serem atravessados, as informações sobre o projeto e como se dará a sua implantação, assim como os estudos socioambientais realizados nas Áreas de Estudo.

2 OBJETIVOS E INDICADORES

2.1 OBJETIVOS GERAIS

O presente Plano de Comunicação Social Prévia tem como objetivo fornecer informações que propiciem o conhecimento e a ampla participação do público-alvo, identificando e definindo as ações de comunicação a serem implementadas para que a população dos municípios e das comunidades interceptadas pelo empreendimento tenham informações sobre os estudos ambientais e sobre as audiências públicas, de forma clara, simples e direta, buscando o contato mais próximo e transparente com todos os indivíduos partícipes deste processo.

Destaca-se que este Plano visa informar quanto a mobilização e a qualificação das partes interessadas para que possam contribuir com sua avaliação na fase de planejamento, buscando aperfeiçoar o projeto ambiental com a discussão das questões localmente relevantes, gerando esclarecimento e possibilitando a melhoria das soluções ambientais, buscando ressaltar as particularidades locais de forma cidadã.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compartilhar com o órgão ambiental o planejamento da Audiência Pública, para que seja possível o acolhimento de orientações e contribuições sobre as atividades que estão sendo previstas pelo empreendedor, reduzindo os riscos de não validação da Audiência.
- Mobilizar as comunidades e cidadãos para participação, visando trazer conhecimento sobre o projeto, suas fases e a contribuição popular nas reuniões. Nesse contexto, as lideranças, as associações locais e os proprietários de terras, moradores ou não, serão comunicados sobre a disponibilização dos estudos e demais informações necessárias ao embasamento prévio para participação.
- Identificar os locais mais adequados possíveis para a divulgação da(s) Audiência(s) e sua realização, os melhores dias e horários para que as informações sobre o projeto e seus impactos alcancem a maior quantidade possível de interessados no processo de licenciamento do futuro empreendimento e, assim, possam compreender tais informações e como elas deverão alterar o seu dia a dia. Os moradores também serão partícipes na coleta de informações sobre a realidade locais e na busca de informações e pontos prioritários deste licenciamento.

- Atingir o maior número de moradores possível, durante na Campanha Prévia de Comunicação, para dar ampla divulgação às Audiências Públicas, tanto nos municípios propostos como sede, quanto nos demais municípios a serem interceptados pela futura Linha de Transmissão.
- Atingir o maior número possível de participantes nas audiências públicas, e que todos saiam dos Auditórios capazes de repassar as informações, adquiridas àqueles que não puderam comparecer, com qualidade, funcionando como um efeito cascata, onde cada presente repassará a um grupo, este a outros e assim sucessivamente.

Seguem listados abaixo (Quadro 2-1), os indicadores relacionados às metas estabelecidas para este Plano.

Quadro 2-1: Objetivos, indicadores e público-alvo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	INDICADORES	PÚBLICO-ALVO
Apresentar informações do estudo ambiental aos atores envolvidos de forma clara e suficiente.	Produzir um material gráfico a ser distribuído, com conteúdo sobre as Audiências Públicas, as atividades da obra e os Programas Ambientais envolvidos no processo de licenciamento, bem como divulgar informações sobre as Audiências Públicas nos canais de comunicação com o empreendedor, com a Consultoria Ambiental e com o órgão ambiental responsável pelo licenciamento.	Percentual de atividades relacionadas às Audiências Públicas, publicadas e divulgadas na imprensa local.	Sociedade Civil Instituições do poder público
Promover a participação da população das Áreas de Estudo Municipais do empreendimento nas audiências públicas.	Veicular em todos os municípios os materiais gráficos e de áudio e nas principais rádios da região, informações sobre as Audiências Públicas, com os principais dados necessários para se ter acesso aos eventos.	- Número de participantes nas audiências públicas residentes nas comunidades mobilizadas ou na diretriz preferencial de traçado. - Percentual de propriedades acessadas informadas sobre a Audiência Pública. - Percentual de Prefeituras Municipais, instituições públicas e organizações civis convidadas representadas nas Audiências Públicas.	Sociedade Civil Instituições do poder público
Promover a participação da população das Áreas de Estudos Locais do empreendimento nas Audiências Públicas.	Oferecer transporte gratuito e generalizado a todos os residentes locais interceptados na diretriz preferencial de traçado	- Percentual de solicitações de transporte atendidas.	Sociedade Civil

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	INDICADORES	PÚBLICO-ALVO
Estabelecer canais de comunicação efetivos e permanentes com o público-alvo e instituições envolvidas nas Audiências públicas.	Divulgação do canal de ouvidoria para informações e demais consultas, dúvidas ou reclamações.	Canais de comunicação estabelecidos dentro do prazo e o percentual de demandas, obtidas pelos canais de comunicação e respondidas dentro do prazo.	Sociedade Civil Instituições do poder público
Redução de potenciais conflitos.	Identificar conflitos e definir estratégias para soluções adequadas.	Percentual de conflitos identificados e ações planejadas para as demandas identificadas.	Sociedade Civil Instituições do poder público
Promover a divulgação com as instituições públicas e organizações civis nas Audiências Públicas.	Enviar convite formal para as instituições públicas e organizações civis, acompanhado de EIA/RIMA, dentro do prazo estabelecido.	Percentual de locais programados que receberam convites formais dentro do prazo estabelecido.	Sociedade Civil Instituições do poder público

3 PÚBLICO-ALVO

Configura-se como público-alvo deste Plano todos os proprietários, moradores e comunidades diretamente afetadas inseridos na ADA e AID de todos os 37 municípios interceptados (acrescido de Barra do Choça/BA, a qual é interceptado pela AID) pelo empreendimento, bem como associações da sociedade civil organizada e lideranças comunitárias locais, e instituições do poder público nas esferas municipal, estadual e federal.

Desses, 17 estão no estado da Bahia (Barra do Choça, Caatiba, Caravelas, Guaratinga, Ibirapuã, Itambé, Itanhém, Itapetinga, Jucuruçu, Lajedão, Macarani, Maiquinique, Medeiros Neto, Mucuri, Planalto, Poções e Vereda), cinco no estado de Minas Gerais (Jacinto, Jordânia, Nanuque, Santo Antônio do Jacinto e Serra dos Aimorés) e 16 no estado do Espírito Santo (Boa Esperança, Cariacica, Colatina, Fundão, Ibirapu, João Neiva, Linhares, Marilândia, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, Rio Bananal, Santa Leopoldina, São Mateus, Viana e Vila Valério).

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS MUNICÍPIOS

Para a análise e escolha dos locais para a realização das Audiências Públicas foram observados os quantitativos populacionais de cada município a ser interceptado pela futura LT.

Quadro 4-1: Quantitativos Populacionais dos Municípios.

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO (1991)	POPULAÇÃO (2000)	POPULAÇÃO (2010)	POPULAÇÃO (2022)
Barra do Choça	BA	24.884	40.818	34.788	36.539
Caatiba	BA	9.713	15.558	11.448	6.205
Caravelas	BA	19.485	20.103	21.414	20.586
Guaratinga	BA	25.282	24.319	22.165	19.049
Ibirapuã	BA	8.303	7.096	7.956	8.896
Itambé	BA	23.841	30.850	23.089	24.394
Itanhém	BA	23.246	21.334	20.216	17.813
Itapetinga	BA	53.485	57.931	68.273	65.897
Jucuruçu	BA	16.012	12.377	10.290	9.655
Lajedão	BA	3.821	3.409	3.733	3.845
Macarani	BA	14.040	14.594	17.093	21.599
Maiquinique	BA	7.821	7.326	8.782	8.731
Medeiros Neto	BA	23.035	21.235	21.560	22.194
Mucuri	BA	17.687	28.062	36.026	37.975
Planalto	BA	23.510	21.707	24.481	23.135
Poções	BA	37.839	22.213	44.701	48.293
Vereda	BA	8.927	7.450	6.800	6.003
Jacinto	MG	12.169	12.087	12.134	11.042
Jordânia	MG	9.524	9.865	10.324	10.304
Nanuque	MG	43.090	41.619	40.834	35.038
Santo Antônio do Jacinto	MG	12.093	12.144	11.775	10.327
Serra dos Aimorés	MG	10.224	8.182	8.412	6.944
Boa Esperança	ES	12.555	13.679	14.199	13.608
Cariacica	ES	274.357	324.285	348.738	353.510
Colatina	ES	106.845	112.711	111.794	119.992
Fundão	ES	10.684	13.009	17.025	18.014
Ibiraçu	ES	9.082	10.143	11.178	11.713
João Neiva	ES	15.301	13.472	15.809	14.079
Linhares	ES	119.690	112.617	141.306	166.786
Marilândia	ES	9.004	9.921	11.107	12.202
Montanha	ES	18.133	17.854	17.849	18.900
Nova Venécia	ES	47.624	43.015	46.031	49.065
Pinheiros	ES	21.307	21.320	23.895	23.915
Santa Leopoldina	ES	11.298	12.463	12.240	19.273
Rio Bananal	ES	15.428	16.324	17.530	13.106
São Mateus	ES	73.903	90.460	109.028	123.750
Viana	ES	44.607	53.452	65.001	73.423
Vila Valério	ES	11.112	13.875	13.830	13.728

Fonte: IBGE, 1991, 2000, 2010, 2022; Dossel, 2021.

Com base nas informações levantadas em campo, o empreendimento impactará as zonas rurais desses municípios, onde o uso e a ocupação do solo são caracterizados por grandes extensões de pastagens, áreas agrícolas como lavouras de café, cana de açúcar, hortifrutigranjeiras e porções de florestas.

Cabe ressaltar ainda, que os núcleos urbanos estão, de forma geral, afastados do trecho de interferência previsto, fazendo com que a conexão da população com o empreendimento seja local, se restringindo aos moradores das propriedades a serem interferidas.

Os municípios do Espírito Santo possuem uma maior representatividade populacional em relação aos demais estados interceptados, cujas cidades de Cariacica/ES, Colatina/ES, São Mateus/ES e Linhares/ES são as únicas com mais de 100.000 habitantes. Em Minas Gerais, Nanuque é o município mais populoso apresentando aproximadamente 40.000 habitantes e no estado da Bahia, é a cidade de Itapetinga com aproximadamente 65.000 seguido de Poções com cerca de 48.000 habitantes.

A grande maioria dos municípios da AEM tem predomínio de população residente em áreas urbanas. Contudo, os municípios de Vereda/BA, Santa Leopoldina/ES, Jucuruçu/BA, Vila Valério/ES, Rio Bananal/ES, Guaratinga/BA e Caatiba/BA abrigam a maior parcela da população na zona rural. Em relação a população de obra, o EIA apresentou os possíveis municípios elegíveis para locação de canteiros de obra, conforme dados socioeconômicos com diferentes parâmetros analisados, principalmente em relação a infraestrutura de serviços e equipamentos públicos dos mais diversos tipos, a saber:

Quadro 4-2: Locais elegíveis à instalação de canteiros de obras para à implantação

UF	MUNICÍPIO
BA	Poções
BA	Itapetinga
MG	Jordânia
MG	Jacinto
BA	Itanhaém
ES	João Neiva
ES	Viana

Fonte: Engie, 2023.

Contudo, a locação definitiva e os municípios escolhidos serão apresentados junto ao Projeto Executivo quando da solicitação da LI.

5 METODOLOGIA E ATIVIDADES

5.1 ELEGIBILIDADE DOS LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Para a análise e escolha dos locais de recebimento das Audiências Públicas, visando compreender quais municípios poderão ser os melhores receptores desta etapa do licenciamento, foram considerados os seguintes fatores: distância da sede municipal até o traçado da LT, municípios com previsão de canteiro de obras e/ou subestações, comunidades interceptadas e/ou próximas a LT, Unidades de Conservação

(UC), Comunidades Quilombolas (CQ) e Terras Indígenas (TI) interceptadas pela LT, municípios com infraestrutura para o evento - acima de 40 mil habitantes.

Importante ressaltar que as comunidades categorizadas com as menores pontuações também apresentam singularidades nas características socioambientais. As menores pontuações não necessariamente estão livres dos impactos gerados pelo empreendimento. A análise é comparativa apenas para Audiências Públicas, e tem como objetivo a priorização entre as localidades identificadas.

Os critérios acima elencados, foram trabalhados objetivando obedecer a uma metodologia de pontuação, gerando uma base de impactos, onde, a maior pontuação caracteriza os municípios com o maior impacto sinérgico, definindo-os como prioritários para o recebimento das Audiências. Já a menor pontuação busca caracterizar aqueles municípios onde os impactos humanos seriam relativamente menores, não destacando estes como elegíveis para as audiências.

Os critérios utilizados foram:

I. Distância da sede municipal até o traçado da LT;

Quanto maior a distância entre o traçado da LT à sede urbana do município, menor o impacto do empreendimento nos municípios. Nesse sentido, as sedes urbanas mais próximas ao empreendimento apresentam maior elegibilidade para sediar as audiências públicas.

II. Municípios com previsão de canteiro de obras e subestações;

A presença de canteiros de obras, alojamentos e subestações têm impacto nas localidades próximas aos pontos instalados devido ao aumento da população flutuante, possível sobrecarga aos serviços utilizados pelo município. Nesse entendimento a presença dos mesmos se caracterizam negativamente para os moradores locais, aumentando a pontuação referente à elegibilidade para as Audiências Públicas.

III. Comunidades interceptadas e/ou próximas a LT;

As comunidades rurais interceptadas ou próximas ao traçado da LT - localizadas no buffer de 1km para cada lado do eixo definido como AID, apresentam maior vulnerabilidade socioambiental. Deste modo, os municípios que apresentam comunidades nestas posições, possuem maior a elegibilidade para receber a audiência pública, a fim de aumentar o acesso à informação e diminuir as possíveis inseguranças e desconfortos gerados pelas atividades construtivas.

IV. Unidades de Conservação (UC), Comunidades Quilombolas (CQ) e Terras Indígenas (TI) interceptadas pela LT;

Empreendimentos que interceptam unidades de Conservação, Comunidades Tradicionais e Terras indígenas geram maior impacto socioeconômico nestas localidades, uma vez que a interferência direta no bioma e no cotidiano das populações, em alguns casos, são difíceis de serem mitigados e/ou compensados. Portanto, os municípios que apresentam tais situações são mais elegíveis para às audiências públicas. Cabe destacar que para o empreendimento em questão, não existem UC, CQ e TI interceptadas pela LT.

V. Municípios com infraestrutura para o evento - acima de 40 mil habitantes.;

Este fator foi considerado objetivando eleger os municípios com melhor capacidade de sediar o evento mediante o cenário de pandemia. Entende-se que o município deve disponibilizar: local de fácil acesso

aos interessados, capacidade de público compatível com o evento e com as normas de distanciamento social em combate ao coronavírus, ambiente confortável, climatizado, acessibilidade a portadores de necessidades especiais e condições de segurança, como proteção contra incêndios e saídas de emergência. Destaca-se que os municípios interceptados pela LT são majoritariamente de pequeno porte. Portanto, para este fator as cidades acima de 40 mil habitantes foram consideradas como mais elegíveis.

Após análises dos dados apresentados acima, reconhecendo a necessidade da abrangência regional, foram sugeridos **três (3) municípios, para o recebimento das audiências, a saber; João Neiva/ES, Nanuque/MG e Itapetinga/BA.**

No estado do Espírito Santo, Linhares foi eleita pois, apesar de não estar entre os primeiros selecionados pela pontuação, é o município mais populoso e o mais próximo das cidades de João Neiva e Rio Bananal (maiores pontuações) cujas populações são inferiores a 20 mil habitantes, dificultando o acesso a infraestrutura necessária para o evento, principalmente no que tange ao distanciamento social.

Em Minas Gerais, as cidades de Nanuque, Jacinto e Jordânia obtiveram a mesma pontuação, porém Nanuque apresenta maior potencial de infraestrutura necessária, uma vez que os outros dois municípios possuem apenas cerca de 12 mil habitantes. Já no estado da Bahia, Poções foi eleita devido à alta pontuação uma vez que é sede de canteiro de obras e apresenta potencial infraestrutura considerando o número total de habitantes.

5.2 DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Para atingir os objetivos a que se destina, a Audiência deverá obedecer aos seguintes procedimentos:

- O local da realização da Audiência deverá ser de fácil acesso aos interessados, com capacidade de público compatível com o evento, em especial o distanciamento social;
- Todas as atividades relacionadas às audiências públicas irão prever publicação e divulgação, na imprensa local, bem como serão disponibilizados em todas as prefeituras e órgãos institucionais ligados a administração municipal, o Estudo Ambiental e sua versão resumida;
- Serão distribuídas anteriormente às audiências públicas cópias versão digital do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e, em formato digital e impresso, o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA nos órgãos federais intervenientes (Iphan, INCRA, SVS), órgãos estaduais de meio ambiente e superintendências do IBAMA dos três estados interceptados, Centro Nacional de Informações Ambientais do IBAMA-Sede e todas as prefeituras e bibliotecas dos municípios interceptados. Tal ação objetiva compor uma melhor qualificação dos grupos prioritários de interesse para as audiências públicas;
- Será disponibilizado transporte para os cidadãos que moram nos municípios e nas comunidades da Área de Estudo Local do empreendimento, a fim de garantir ampla participação no evento. Cabe destacar que o público alvo será conduzido até a audiência pública mais próxima à sua localidade
- Todo e qualquer material de divulgação, tais como os spots de rádio, carro de som, faixas de rua e cartilhas, contemplarão as informações de datas, horários e locais das audiências, bem como os

locais de acesso ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), além do canal de ouvidoria gratuita.

5.3 DIVULGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O empreendedor providenciará ampla e efetiva divulgação dos eventos (com data, horário e local) nos seguintes locais:

- Publicação em jornais de grande circulação contendo as datas, locais e horários de realização das audiências;
- Publicação nas mídias sociais do empreendedor e da consultoria ambiental circulação contendo as datas, locais e horários de realização das audiências;
- Fixação de faixas em todos os municípios da área de influência, informando a data, o horário e o local da Audiência;
- Veiculação de spot em carros de som e nas rádios locais mais ouvidas pela população dos municípios da área de influência, informando, inclusive, sobre a disponibilidade de transporte até o local da audiência, com horários e número de telefone gratuitos;
- Uso das mídias sociais e aplicativos para detalhamento das informações necessárias à cada comunidade, buscando facilitar as informações aos interessados;
- Distribuição de convite individual e presencial aos pequenos proprietários ou ocupantes potencialmente afetados pela instituição da LT, bem como a população das comunidades próximas e/ou prioritárias;
- Serão estabelecidos contatos com as lideranças a fim de propiciar um canal para dúvidas e/ou questionamentos sobre o empreendimento, definição dos dias, horários e locais de disponibilização do transporte, quantidade de interessados em participar das Audiências;
- Distribuição, no início da Audiência, de cartilha explicativa do empreendimento e seu processo de licenciamento ambiental com QRCode para acesso ao EIA/RIMA e disponibilidade de cópias impressas do EIA/RIMA para consulta durante todo o evento;

Ainda, serão protocolados os convites de participação, com a informação da data, horário e local, nos seguintes locais:

- Prefeituras dos 38 municípios da Área de Estudo;
- Superintendências do IBAMA dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia;
- Órgãos federais intervenientes (IPHAN, INCRA, SVS);
- Órgãos estaduais de meio ambiente dos estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo;
- Órgãos gestores de unidades de conservação afetadas pelo empreendimento (Resolução CONAMA nº 428/2010).
- Ministério Público dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

6 APOIO LOGÍSTICO

6.1 TRANSPORTE

Buscando fornecer a possibilidade da participação de todos os interessados, será disponibilizado transporte para todas as sedes municipais e para as comunidades alvo até a audiência pública mais próxima, objetivando a máxima participação comunitária.

Toda a logística ficará sob responsabilidade do empreendedor e será amplamente divulgada pela equipe de comunicação social durante a realização dos convites ao público-alvo.

6.2 INFRAESTRUTURA DO LOCAL DO EVENTO E EQUIPAMENTOS

O local será organizado da seguinte forma:

- Colocação de faixa com data e local da audiência em frente ao local do evento;
- Colocação da mesa diretora no palco, contendo cópias impressas do EIA/RIMA;
- Colocação de mesas auxiliares e cadeiras próximas ao palco;
- Utilização de Datashow para as apresentações em tela grande;
- Garantir que o sistema de som, de ventilação e/ou refrigeração e a iluminação do local estejam funcionando apropriadamente;
- Será disponibilizado link para acesso ao Estudo de Impacto Ambiental e ao Relatório de Impacto Ambiental para consulta do público-alvo durante a realização da audiência pública;
- Disponibilização de dois computadores e uma impressora, além de alguns materiais de escritório (caneta, lápis, clips, grampeador, papel, borracha). Um computador será exclusivo para projeção da apresentação pelo Datashow, outro será utilizado para elaboração da ata sumária da audiência. O material de escritório será utilizado para assinatura da lista de presença e preenchimento dos formulários de questionamentos para os participantes que desejarem expor suas dúvidas. Cabe destacar que será providenciado uma caneta a cada participante, a fim de conter a proliferação do coronavírus.
- Reservar lugares, em quantitativo adequado, próximo ao palco para equipe do IBAMA, representantes da empresa e da consultoria técnica.

6.3 SUPORTE OPERACIONAL

Para o suporte operacional do evento, será providenciado:

- Assessoria de comunicação para o reconhecimento das autoridades locais presentes no evento;
- Recepcionistas, em quantidade suficiente para atender o público, para o registro dos presentes na Lista de Presença, para a organização e distribuição de kits contendo o regulamento,

formulário de perguntas, caneta e folheto explicativo do empreendimento e para o recolhimento das perguntas.

- Contatar Polícia Militar local, solicitando suporte para eventuais incidentes ocorridos durante a Audiência;
- Contatar Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, solicitando suporte para eventuais incidentes ocorridos durante a Audiência;
- Providenciar serviço de ambulância para eventuais atendimentos de urgência/emergência médicos;
- Impressão e disponibilização, no local da audiência, em quantidade compatível com o número esperado de pessoas presentes, dos seguintes documentos:
 - a) Formulário de perguntas escritas;
 - b) Formulário para inscrição de perguntas orais;
 - c) Regulamento da Audiência Pública e
 - d) Lista de Presença.

6.4 REGISTROS DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA

Após a realização da Audiência Pública, será apresentado ao IBAMA relatório com toda a divulgação feita previamente ao evento, com os respectivos comprovantes para inclusão no processo.

Será providenciada a filmagem e gravação em áudio, em separado, como garantia de registro (backup) durante toda a realização da audiência. Posteriormente, será providenciada a transcrição do evento em forma de ata (ata transcrita), que também será entregue ao IBAMA para inclusão no processo.

Não obstante, durante a realização da audiência pública, será redigida uma ata sucinta, que será assinada pelo órgão ambiental, representantes do empreendedor e consultoria.

7 MATERIAL DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As divulgações em spots de rádios e carros de som, as confecções das faixas de rua e toda a estrutura para a Audiência (lanches, registros fotográficos, material gráfico) serão realizadas por empresas locais, as quais serão escolhidas e contratadas pela empresa consultora Dossel Ambiental.

Cabe destacar que todos seguiram a Instrução Normativa N° 02/2012 quanto à presença da logomarca do IBAMA e à menção ao processo de licenciamento ambiental.

Em cada um dos municípios alvo, serão adotadas as seguintes formas de divulgação e abordagem:

7.1 CARRO DE SOM

O mecanismo de carro automotivo é bastante utilizado como forma de divulgação de diferentes assuntos e notícias, principalmente em municípios menores, onde tais carros conseguem ter acesso a grande parte da população em curto espaço de tempo.

Geralmente, são carros com equipamentos de som e funcionam a partir do princípio de colocar determinada mensagem, previamente gravada (mensagens curtas), para tocar repetidas vezes em alto volume, enquanto traça rotas por entre as ruas ou praças das cidades.

Ademais, serão divulgados nos spots de rádio, obrigatoriamente os canais de comunicação estabelecidos pelo empreendedor (telefones para contato e mídias sociais), central de atendimento do Ibama e as informações sobre disponibilidade de transporte para as comunidades envolvidas.

Modelo sugerido:

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, convida a população para participar das Audiências Públicas que apresentarão o Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão 500 quilovolts Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e Subestação Associada a serem realizadas nos dias:

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/MG - Local: XXXXXXXX

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/BA - Local: XXXXXXXX

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/ES - Local: XXXXXXXX

Será disponibilizado transporte para todos os municípios envolvidos no licenciamento deste empreendimento. Para maiores informações contactar o telefone: 0800 883 6206.

O órgão licenciador desta obra é o IBAMA! Sua central de atendimento é 0800 061 8080. Participe, sua presença é muito importante!”.

Quantidade sugerida:

- 7 (sete) dias de veiculação, antecedendo as Audiências Públicas, sendo 3 (três) horas diárias nos municípios que irão receber as Audiências e 1 (uma) hora no restante dos municípios.

7.2 SPOT DE RÁDIO

Spot de rádio é uma mensagem curta configurada a partir de elementos sonoros e interpretações dos locutores para ser transmitida através do rádio. É exibida nos intervalos das programações e tem como principal função fixar no ouvinte o anúncio gravado. Usualmente tem entre 15 e 50 segundos.

Após levantamento em campo serão utilizadas rádios que atendam os municípios interceptados na região de inserção da LT para veicular spots ao longo dos dias que precedem as Audiências Públicas, com informações do empreendimento e das Reuniões que serão realizadas.

Os spots de rádio, apreciarão as informações de acesso (locais e horários) aos Estudos Ambientais e suas versões resumidas, além de ouvidoria gratuita, favorecendo a qualificação dos grupos prioritários de interesse para as audiências públicas.

Modelo sugerido:

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, convida a população para participar das Audiências Públicas que apresentarão o Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão 500 quilovolts Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 e Subestação Associada a serem realizadas nos dias:

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/MG - Local: XXXXXXXX

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/BA - Local: XXXXXXXX

XX/XX às 19h em XXXXXXXX/ES - Local: XXXXXXXX

Será disponibilizado transporte para todos os municípios envolvidos no licenciamento deste empreendimento. Para maiores informações contactar o telefone: 0800 883 6206.

O órgão licenciador desta obra é o IBAMA! Sua central de atendimento é 0800 061 8080. Participe, sua presença é muito importante!”.

- 1 Spot, durante 7 (sete) dias que antecedem às Audiências Públicas, contando com 3 (três) inserções diárias.

7.3 FAIXAS DE RUA

São faixas retangulares confeccionadas em pano ou plástico, de diversos tamanhos e modelos, que têm como objetivo a divulgação de alguma mensagem, a qual deve ser escrita com palavras que não precisam ser prolongadas para que transmitam a mensagem desejada, em poucos segundos de visualização.

Podem ser afixadas em diversos lugares, como ruas e fachadas de prédios, o que traz vantagem para esse método de divulgação, atingindo grandes públicos. As faixas deverão necessariamente conter as informações dos responsáveis pela realização do evento, bem como as informações necessárias de identificação dos organizadores, deverá ter a logomarca do Ibama, além de número telefônico para contato e informações sobre o local da Audiência e horário. Cabe ressaltar que a sua instalação está condicionada a autorização prévia do Poder Público Municipal, e que a sua retirada, imediatamente após o término do Evento, é de responsabilidade do empreendedor.

Texto sugerido para a faixa de pano:

AUDIÊNCIA PÚBLICA

XXXXXXX/Bahia
Linha de Transmissão (LT) 500 kV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 – Viana 2, C2 e
Subestações Associadas

Local: xxxxxxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxxx
Data: xx/xx/20xx Horário: XXh

Ouvidoria: 0800 883 6206

- Quantidade: 5 (cinco) faixas por município elegível para receber audiência pública e 2 (duas) faixas em cada município interceptado.
- Tamanho: 400cm x 100cm.

7.4 CARTAZES

O cartaz é um instrumento impresso de divulgação que traz as principais informações sobre o empreendimento e o processo de licenciamento ambiental, sendo afixado de forma visível em locais estratégicos, ou seja, de grande circulação de pessoas.

Serão produzidos cartazes contendo informações gerais sobre o empreendimento, contatos dos responsáveis pelo meio ambiente e local, data e horário da Realização das Audiências Públicas. Os cartazes também serão afixados nos municípios a serem interceptados pelo empreendimento, realizados pelas equipes de Meio Ambiente durante suas incursões em campo.

Os cartazes deverão obrigatoriamente conter as informações do empreendedor, do empreendimento, do órgão licenciador e da empresa de consultoria responsável pelo estudo ambiental com suas respectivas logomarcas, além de número telefônico, sítios eletrônicos e mídias sociais para contatos e informações sobre a disponibilização do transporte, local, dia e horário de realização das Audiências Públicas.

Previamente à realização das Audiências Públicas, serão afixados cartazes, em locais de grande circulação de pessoas (estratégicos), nos municípios onde ocorrerão os eventos.

Tiragem sugerida:

- 100 cartazes, para cada audiência.

Formato:

- A3

Tamanho:

- 29,7cm x 42cm.

7.5 CARTILHAS

As cartilhas serão elaboradas contendo informações gerais sobre:

- o empreendimento;
- o processo de licenciamento ambiental;
- as restrições de uso na faixa de servidão;
- dúvidas frequentes sobre linhas de transmissão;
- canal de ouvidoria do empreendedor.

As cartilhas estão sendo distribuídas nos municípios interceptados desde a fase de levantamento para composição dos Diagnósticos do EIA. As equipes de comunicação social vêm distribuindo e apresentando esse material durante suas incursões em campo.

Durante as Audiências serão distribuídas Cartilhas Informativas atualizadas a todos os presentes. Tiragem:

- 1000 cartilhas.

Formato:

- Livreto

Tamanho:

- 14,8cm x 21cm.

Para a divulgação das Audiências Públicas serão confeccionados e distribuídos folders simplificados contendo informações sobre a local, data e horário de realização das Audiências, informações gerais sobre a LT e contatos do empreendedor, consultoria ambiental e IBAMA.

Tiragem:

- 100 folhetos por município.

Formato:

- Folder (Frente e Verso).

Tamanho:

- 59,4 x 21 cm.

8 RESPONSÁVEIS

A implementação e gestão do presente Plano de Comunicação Social Prévia às Audiências Públicas é de responsabilidade do empreendedor, a empresa Engie Brasil. A empresa Dossel Ambiental Consultoria e Projetos LTDA foi contratada para a execução do Plano, podendo sua aplicação ser compartilhada e/ou terceirizada.

Assim, para as atribuições de cada um nesse processo, fica estabelecido que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA, será responsável por aprovar as decisões acerca da Comunicação Social Prévia e, durante as Audiências Públicas:

- coordenar as Audiências Públicas;
- explicar acerca do rito do processo de licenciamento ambiental e de análise do EIA;
- registrar os participantes; e
- mediar os debates.

A Engie Brasil ficará responsável por:

- arcar com as despesas relativas à realização das Audiências; e
- fazer a apresentação técnica do projeto, visando qualificar e mobilizar os interessados, para melhor contribuição dos participantes e interessados.
- registro a listagem das necessidades, intentos e exigências dos participantes, buscando adequar o projeto para minimizar os impactos nas diferentes realidades percorridas.

A Empresa Consultora contratada pela Engie Brasil., Dossel Ambiental, ficará encarregada de:

- elaborar o material e executar a Comunicação Social Prévia às Audiências Públicas;
- programar e organizar as Audiências Públicas;
- contatar e coordenar as empresas terceirizadas que irão auxiliar na execução dos Eventos; e
- durante as Audiências, expor tecnicamente os Estudos Ambientais, com destaque aos impactos do empreendimento identificados no EIA, assim como as medidas mitigadoras, planos e programas socioambientais propostos, buscando adequar as questões relevantes de cada localidade, possibilitando a melhor adequação regional do projeto, diminuindo os impactos específicos dos locais interceptados por este empreendimento.

9 PRAZOS E CRONOGRAMA

Segue abaixo o cronograma de atividades de Comunicação Social Prévia às Audiências Públicas da Linha de Transmissão 500 KV Poções III – Medeiros Neto II – João Neiva 2 – Viana 2 C2, Cs e SEs Associadas. Salienta-se que esse cronograma seguirá as condições conforme a resolução CONAMA nº 09/87, na qual a partir da data do recebimento do RIMA pelo órgão ambiental, o mesmo fixará em edital e anunciará pela imprensa local a abertura do prazo que será no mínimo de 45 dias para solicitação de audiência pública.

Quadro 9-1: Cronograma das atividades de Comunicação Social Prévia às Audiências Públicas.

ATIVIDADES PREVISTAS – PLANEJAMENTO	MÊS 1		MÊS 2		MÊS 3	
	15	30	15	30	15	30
Confecção do Material de Divulgação						
Convites						
Cartilhas						
Folhetos						
Cartazes						
Carros de som						
Spot de rádio						
Faixas de rua						
Audiências Públicas						
Relatório das Audiências Públicas						